

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A ARTE COMO FERRAMENTA PARA A EMANCIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

José Heleno Ferreira¹
Amanda de Freitas Maciel²

Resumo

Apresenta-se uma análise dos resultados do projeto de extensão “Oficinas de Educação em Direitos Humanos com adolescentes em conflito com a lei internados no Centro Socioeducativo – uma possibilidade de emancipação”. Considerando a falta de perspectiva dos adolescentes acautelados, causada principalmente pelo isolamento social e pela institucionalização, o trabalho demonstra sua relevância social ao possibilitar, a partir da realização de oficinas de educação em Direitos Humanos, envolvendo atividades artísticas e culturais, a emancipação e a percepção de outras possibilidades para esses jovens. Com inspiração em Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire, optou-se pelas metodologias colaborativas não extrativistas. Os debates e produções artísticas dos adolescentes indicam uma conquista quanto ao autoconhecimento e à capacidade de problematização da realidade em que estão inseridos.

Palavras-chave

Educação; direitos humanos; adolescentes; arte.

Recebido em: 20/04/2020
Aprovado em: 02/07/2020

¹ Doutorando em Educação pela PUC/MG. Professor – UEMG. E-mail: zehelena.ferreira@gmail.com.

² Graduanda em História – UEMG. Email: amandaflsam@gmail.com.

HUMAN RIGHTS EDUCATION: ART AS A TOOL FOR THE EMANCIPATION OF TEENAGERS IN CONFLICT WITH THE LAW

Abstract

An analysis of the results of the extension project “Human Rights Education Workshops with teenagers in conflict with the law in the Socio-Educational Center - a possibility of emancipation” is presented. Considering the lack of perspective of guarded teenagers mainly caused by social isolation and institutionalization, the work demonstrates its social relevance by enabling, through the holding of workshops on human rights education, involving artistic and cultural activities, emancipation and perception of other possibilities for these young people. Inspired by Boaventura de Sousa Santos and Paulo Freire, we opted for non-extractive collaborative methodologies. The debates and artistic productions of teenagers indicate a conquest as to self-knowledge and the capacity to problematize the reality in which they are inserted.

Keywords

Education; humanrights; teenagers; art.

Introdução

Neste texto, apresenta-se uma análise do trabalho realizado a partir do projeto de extensão “Oficinas de Educação em Direitos Humanos com adolescentes em conflito com a lei internados no Centro Socioeducativo – uma possibilidade de emancipação”, realizado entre maio e dezembro de 2019, no Centro Socioeducativo de Divinópolis, com apoio da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), através do Programa de Apoio à Extensão (PAEX).

120

A falta de perspectivas dos adolescentes acautelados nos Centros Socioeducativos em relação a uma nova realidade, causada principalmente pelo isolamento social e pela institucionalização, justifica a relevância social deste trabalho. Nessa realidade, o adolescente não é reconhecido como um sujeito de direitos e passa a ser percebido apenas pelo seu ato infracional. Além disso, destaca-se a contribuição à garantia de direitos dos adolescentes em situação de internação, expressos no artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais especificamente em seus incisos XI, que garante o direito de receber escolarização e profissionalização, e XII, de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

Buscou-se promover junto aos adolescentes do Centro Socioeducativo oficinas de educação em Direitos Humanos, envolvendo atividades artísticas e culturais, bem como relativas à formação profissional, favorecendo a emancipação e a construção de outras subjetividades que permitissem, aos jovens perceber um novo leque de possibilidades para suas vidas. As oficinas foram realizadas com a totalidade dos acautelados no Centro Socioeducativo de Divinópolis – aproximadamente, 44 meninos, uma vez que este número não era fixo, considerando a saída e a chegada de novos adolescentes. Os encontros foram realizados semanalmente, de 07h30min às 12h00. A opção pelas metodologias colaborativas orientou toda a realização do trabalho, considerando os saberes dos adolescentes, bem como os anseios de cada um deles.

As produções textuais, os desenhos, as fotografias produzidas pelos meninos durante os trabalhos realizados mostram esses saberes e anseios. Neste texto, considerando os limites do mesmo, prioriza-se a análise das produções textuais, ainda que, brevemente, outras sejam citadas. Essa produção textual, acreditamos, pode orientar o trabalho daqueles e daquelas que trabalham com adolescentes em conflito com a lei, dos/as profissionais da educação e todos e todas que acreditam na importância de promover uma cultura de respeito aos direitos humanos.

1. Adolescentes em conflito com a lei e a educação em direitos humanos

Os adolescentes inseridos nos Centros Socioeducativos, ao serem internados, têm reduzidas suas esferas de convivência, são exilados do convívio social por um longo período, passam a conviver com as mesmas pessoas, num mesmo lugar, com regras comuns a todos e realização de tarefas e atividades impostas. Estão inseridos numa "instituição total", instituições essas que têm como característica o "desculturamento", que, segundo Goffman, é também chamado de "destreitamento", ou seja, uma condição que incapacita o internado, temporariamente, para alguns aspectos de sua vida diária (GOFFMAN, 1974, p. 23).

Essa condição de afastamento e isolamento, sem o apoio do seu mundo doméstico, em geral provoca uma série de "rebaixamentos, degradações, humilhações de profanações do eu" (GOFFMAN, 1974, p. 24) e é geradora de ressentimento e este nos faz prisioneiros de nós mesmos, e "*se va alejando de la zona expressiva y activa de la persona.*" (SCHELER, 1944). Tal condição é geradora de violência e não promove junto ao adolescente perspectiva alguma de emancipação.

Isso posto, o trabalho que ora apresentamos orientou-se no sentido de contribuir para o resgate da zona de expressividade e vitalidade dos

adolescentes acautelados, através da realização de oficinas de educação em Direitos Humanos, atividades estas desenvolvidas sempre a partir do viés da arte e da estética, contemplando a plasticidade de um trabalho artesanal que envolvesse a "antiga coordenação da alma, do olhar e da mão (...) típica do artesão". (BENJAMIN, 2013, p. 18.).

A proposta apresenta-se em consonância com o ECA no sentido de contribuir para a garantia de direitos dos adolescentes em situação de internação, expressos no artigo 124, mais especificamente em seus incisos XI e XII que garantem o direito de “receber escolarização e profissionalização”, e de “realizar atividades culturais, esportivas e de lazer” (BRASIL, 1990, p.48).

A educação em e para os direitos humanos apresenta-se como o caminho acertado para a construção da identidade cidadã e para a consolidação do indivíduo enquanto sujeito humano. Ainda que a primeira declaração de direitos, proclamada nos brados da Revolução Francesa, seja em grande medida, como nos alerta Hobsbawm (1977), a Declaração dos Direitos do Homem Burguês, uma vez que exclui de seu texto a preocupação com as parcelas feminina, escrava e empobrecida da sociedade francesa, trata-se de um marco importante na história das lutas pela igualdade. Mais de um século depois, temos a Declaração de 1948, que incorpora demandas, ainda que de maneira parcial, destes grupos sociais silenciados e invisíveis.

A história dos direitos humanos é também a história do reconhecimento – individual e coletivamente – do ser humano como sujeito de direito. Assim, diante da conquista de um direito, novos direitos são almejados. No entanto, este processo não acontece de forma linear e, paralelamente ao avanço da instituição legal dos direitos humanos, há também as reações contrárias a este processo. Em larga medida, é esta a contradição que percebemos na sociedade brasileira contemporânea, em que a intolerância religiosa, o machismo, o sexismo, o racismo, a homofobia têm se manifestado de forma, às vezes, assustadora. Uma realidade – o avanço das forças conservadoras e reacionárias

– que também pode ser percebida noutros países latino-americanos e no continente europeu.

Outra questão a ser salientada é a relação estreita que se percebe entre criminalidade e evasão escolar. Em recente pesquisa, intitulada "A Formação de Jovens Violentos - Estudo sobre a Etiologia da Violência Extrema" (2016), o sociólogo Marcos Rolim, através de entrevistas realizadas junto a adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas e jovens que cumpriam penas por crimes violentos e tráfico de drogas nos presídios do Rio Grande do Sul, concluiu que a evasão escolar é característica comum entre os adolescentes e jovens entrevistados e que o “treinamento violento” preenche o espaço antes ocupado pela educação formal. De acordo com o autor, ao abandonar a escola, é comum o adolescente encontrar guarida em grupos que o acolhem, muitas vezes, com o objetivo de utilizá-lo como mão de obra para o tráfico ou para a realização de furtos e roubos. Nesse processo, o adolescente é treinado para a violência, à qual sucumbe, inclusive, como forma de se proteger. Dados oficiais do PNAD 2014 confirmam a conclusão de Rolim: 16% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão fora da escola (IBGE, 2014), deixando o Brasil com uma das três piores taxas de evasão escolar entre os 100 países do mundo com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O cruzamento entre as informações evasão escolar, renda e etnia mostra ainda que, em sua grande maioria, são adolescentes pobres e negros; e são também as principais vítimas de violência no País. Dessa forma, é possível verificar a relação estreita entre evasão escolar e criminalidade, deixando esses jovens ainda mais vulneráveis e sujeitos à violação de toda a sorte de direitos.

Portanto, a educação ofertada aos jovens em situação de vulnerabilidade social precisa fazer sentido para eles. Um aspecto relevante da educação que é negado a esses adolescentes é justamente o conhecimento a respeito de seus direitos humanos fundamentais, pois sua realidade não é a mesma de um jovem de classe média. Nesse sentido, há que se considerar o fato de que a sociedade brasileira tem, em sua história, as marcas do patriarcalismo, do

patrimonialismo e da escravidão. Uma sociedade que se constituiu historicamente sob o prisma dos privilégios e não dos direitos humanos. Os preconceitos de classe e o racismo estrutural permeiam a vida daqueles e daquelas que não fazem parte desta elite privilegiada. Assim, enquanto o jovem branco de classe média e alta pode passar a vida toda sem sofrer qualquer ataque aos seus direitos, um jovem em situação de vulnerabilidade vive em permanente violação de seus direitos fundamentais, o que garante a manutenção de seu *status quo*. Dessa forma, justifica-se a importância da educação em direitos humanos nos trabalhos desenvolvidos com jovens e adolescentes em conflito com a lei, acautelados ou cumprindo medidas socioeducativas em liberdade.

Uma educação em direitos humanos se baseia na necessidade de formação constante de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio da defesa, promoção e vivência dos valores ligados ao respeito, à tolerância, ao reconhecimento, às diversidades (étnica, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política), à solidariedade, à cooperação, à paz, à liberdade, à igualdade, ao diálogo, dentre outros, necessários para a construção de uma sociedade mais fraterna. Conforme disposto no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a educação é tida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, a educação em direitos humanos deve ser ação permanente adotada pelo poder público e pelos gestores educacionais, garantindo aos educandos conhecimento amplo sobre cidadania, democracia e seus direitos fundamentais. Além da conscientização acerca dos direitos, é necessário que eles façam parte do cotidiano desses jovens, de suas vidas e suas práticas diárias. Ampliar o repertório acerca das questões que dizem respeito à violação e à promoção dos direitos humanos é fundamental ao processo de construção de cidadania.

2. O percurso metodológico: é caminhando que se faz caminhos

Ao definir um percurso metodológico é imprescindível que estejamos atentas e atentos ao ponto de chegada. Noutras palavras, o caminho que se faz e a forma como se caminha revelam os princípios teóricos com os quais se trabalha e os objetivos que se busca alcançar. A realização das atividades de educação em direitos humanos com adolescentes acautelados no Centro Socioeducativo de Divinópolis pautou-se nos princípios defendidos por Santos e Meneses em “Epistemologias do Sul” (2009) e nas metodologias colaborativas não extrativistas, que têm como sustentação o pensamento de Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire e vêm sendo discutidas, no Brasil, entre outros, por Fanasello, Nunes e Porto (2018).

Tal opção metodológica parte do pressuposto de que é necessário reconhecer o conhecimento do outro e que as práticas sociais emancipadoras precisam se constituir como encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade. Denunciam-se, assim, as práticas de extensão e pesquisa que buscam extrair informações dos grupos sociais com os quais se trabalha para analisá-las, sem o devido reconhecimento quanto aos saberes produzidos por esses mesmos grupos. Tendo como princípio o diálogo – que somente pode se efetivar se se considera a outra pessoa como portadora de saberes – afirma-se que não há sujeitos passivos em contexto de dominação. É nesse sentido que Santos e Meneses (2009) vêm aprofundando as pesquisas quanto às epistemologias do Sul.

O reconhecimento dos saberes e das potencialidades dos oprimidos ou, mais especificamente, dos adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social com os quais se realizou este trabalho, não significa a negação da existência de uma consciência ingênua acerca da realidade. Ao contrário, afirma-se que a passagem de um estado de consciência ingênua para um estado de consciência crítica exige um processo educativo. “Se não se faz este processo

educativo, só se intensifica o desenvolvimento industrial ou tecnológico e a consciência sofrerá um abalo e será uma consciência fanática. Este fanatismo é próprio do homem massificado” (FREIRE, 1983, p. 39).

O que enuncia Paulo Freire em texto escrito em 1979, data da primeira edição de “Educação e Mudança”, soa profético quando analisamos a realidade brasileira contemporânea. E tal profecia coloca, para as universidades, o desafio de construir processos de construção do conhecimento que sejam emancipadores, para além do conhecimento regulador (SANTOS, 2001) que, muitas vezes, marca o processo de produção do conhecimento das ciências e todo o fazer universitário.

No âmbito do fazer universitário, que se caracteriza pelo ensino, pesquisa e extensão, há que se afirmar o potencial do trabalho extensionista neste processo de construção de um conhecimento emancipador, uma vez que a extensão possui características que podem contribuir para mudanças nos processos de ensinar e aprender, além de um arsenal metodológico que se diferencia do ensino e da pesquisa ao privilegiar o encontro entre professores e professoras e estudantes e as comunidades nas quais a instituição está inserida ou com as quais estabelece relações diversas. Os trabalhos extensionistas caracterizam-se por se constituírem nas experiências (e não nos experimentos) e, ao promover o encontro entre diferentes saberes, pode contribuir para a construção de um novo senso comum.

Santos (2001) afirma que a ciência tem sido pouco cuidadosa na análise das consequências de seus atos, o que, paradoxalmente, tem ocasionado a perda da identidade e referência cultural das comunidades tradicionais, a deterioração da vida no planeta e, em última escala, colocado em risco a própria humanidade. Defende, o autor, uma epistemologia que trabalhe com a perspectiva do conhecimento emancipador, ao invés do conhecimento regulador. Enquanto o segundo caracteriza-se pela ênfase no experimento e pela produção de

conhecimento a partir da realização de experiências que possibilitem um conhecimento fidedigno, o primeiro caracterizar-se-ia por uma relação sujeito-objeto que tem como base a reciprocidade. Tal princípio pressupõe o reconhecimento de diferentes saberes e a solidariedade entre os sujeitos envolvidos na produção / construção de novos saberes. Afirma ainda o sociólogo português que a ciência moderna erigiu-se contra o senso comum e, se por um lado, tal característica contribuiu para o desenvolvimento científico, para a avanço tecnológico, por outro negou os saberes populares e impediu homens e mulheres de participarem da construção do conhecimento “enquanto atividade cívica no desvendamento do mundo” (SANTOS, 2000, p. 224).

Os questionamentos que se faz à ciência moderna estariam no desequilíbrio entre o conhecimento como regulação e o conhecimento como emancipação. Um conhecimento que se basta a si mesmo, que, ao desencantar o mundo, tornou-o triste. Um conhecimento que não reconhece os saberes populares, os saberes tradicionais produzidos fora da academia. Em última instância, um conhecimento que quantifica a natureza e as relações humanas e avilta os princípios de solidariedade e o reconhecimento e o respeito à diversidade. Nesse sentido, é importante também considerar a contribuição de Benjamim (1980) ao analisar o empobrecimento do sujeito diante da perda da capacidade de vivenciar e narrar experiências. Diz-nos o autor que

torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar algum coisa de direito. É cada vez mais frequente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada, ou seja: a retroceder experiências (p.57).

A negação da experiência e a afirmação do experimento trazem como consequência a negação dos processos coletivos de vivência do mundo e de produção de conhecimentos fora do âmbito universitário. Afinal, a vivência e a experiência não compõem o universo científico, mas, sim, o experimento, a descoberta, a comprovação. E, assim, as práticas que se

realizam fora desse universo, o científico, são hierarquizadas como de segunda ou terceira categoria.

O que se busca afirmar neste texto é o potencial do trabalho de extensão na superação da dicotomia entre saberes científicos e saberes populares e ou tradicionais, na ruptura com o princípio de hierarquização de diferentes saberes e diferentes culturas.

128

Obviamente, os desafios que se colocam à extensão universitária são muitos, uma vez que a prática extensionista exige uma “postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade” (PAULA, 2013, p. 17). Para além disso, a extensão universitária convoca a universidade a assumir o seu compromisso com a transformação social e a promover a socialização do conhecimento científico, reconhecendo, valorizando e divulgando também outros conhecimentos produzidos *fora de seus muros*.

Enfim, as metodologias colaborativas não extrativistas, a partir das contribuições dos autores aqui já citados, afirmam a importância de conhecer “com” e não conhecer “sobre”. Assim, a crítica que se faz às ciências sociais e aos métodos de investigação é a de que muitas vezes buscam extrair informações de pessoas e comunidades e, dessa forma, transformam-nas em objetos, cujos conhecimentos tornam-se de autoria de pesquisadores e pesquisadoras e não dos próprios sujeitos e comunidades.

3. As construções dos adolescentes

As atividades desenvolvidas durante as oficinas foram construídas considerando a horizontalidade e a facilitação de um espaço de diálogo e escuta que contribuiu para o entendimento da realidade social e psíquica dos adolescentes, assim como trouxe uma maior lucidez das temáticas que necessitavam serem trabalhadas com maior atenção e aprofundamento. Dessa forma, focou-se num dos objetivos do projeto que se refere à execução de uma pedagogia arte-

educativa que opere para a emancipação dos meninos a partir do entendimento das estruturas sociais que os cercam.

As discussões acerca dos direitos humanos, assim como a liberdade de expressão das manifestações por meio de práticas artísticas refletem diretamente em uma ampliação crítica da realidade que vivenciam, possibilitando uma maior compressão de si e do mundo no qual estão inseridos ao assumirem o papel autônomo de se tornarem construtores do próprio processo de ensino e aprendizagem.

129

A ferramenta base para o desenvolvimento do trabalho foi a arte que, ao ser utilizada como meio de comunicação e expressão, rememora o art. 16 do ECA, no qual encontramos a afirmação do direito à liberdade de opinião e expressão, assim como o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se e participar da vida política, na forma da lei. Para além, a arte pode demonstrar que o processo de aprendizagem pode ser prazeroso, pois aguça os sentidos emocionais, estabelecendo uma relação de participação entre aluno / conteúdo, fazendo com que este exerça o papel de protagonista do seu processo de aprendizagem.

O conteúdo expresso nos desenhos, poesias, rimas ou rabiscos produzidos pelos adolescentes podem revelar os níveis de absorção e reflexão dos conteúdos trabalhados, assim como, revelar aquilo que não é dito, seja por ações inconscientes ou pelo medo da censura (considerando a situação de institucionalização total na qual estão inseridos). Diante do quadro de observação do histórico de evasão escolar e da precariedade da alfabetização que marcam os meninos em suas trajetórias formativas, outro objetivo da metodologia utilizada é experienciar novas possibilidades pedagógicas. Para fazer esta análise, são apresentadas aqui algumas experiências e trabalhos produzidos pelos adolescentes ao longo da realização das oficinas.

Num dos encontros, foi realizado um debate inicial a partir da análise de charges e cartuns que retratavam questões sociais e políticas do Brasil. Em

seguida, foi proposta a imersão em fotografias feitas por adolescentes do Complexo da Maré, localizado no Rio de Janeiro, as quais retratam, a partir da experiência artística, a realidade e o cotidiano da comunidade em que vivem. Ao se aprofundar na experiência visual das fotografias questões como a exclusão social, racismo, precariedade, fome, abandono, desigualdade, violência e prisão foram levantadas por eles, fazendo-nos apreender que a interpretação subjetiva do material diz muito sobre o contexto da realidade que vivenciaram na infância e adolescência.

Durante o debate, questões latentes como o racismo e a realidade das favelas foram melhor aprofundadas, fazendo-se necessário introduzir uma perspectiva histórica da escravidão no Brasil e do processo de abolição da escravatura no século XIX, período que marca o início da formação dos guetos e periferias, construídas por uma população recém liberta do sistema escravista que, sem ter para onde ir, ou continuaram trabalhando em fazendas e nas casas grandes ou ocuparam morros, becos e vielas das cidades, a partir da construção de casas com recursos precários devido ao descaso e o abandono do poder público, como nos mostram diversos estudos, entre eles, o Campolina, Andrade e Melo (1988) sobre a escravidão em Minas Gerais. Situação essa que perdura e mantém resquícios, mesmo após dois séculos, facilmente averiguados ao analisarmos a realidade das “favelas” ou “periferias” das médias e grandes cidades brasileiras.

Em seguida, foi proposto aos meninos que expressassem por meio de desenhos ou palavras o que eles haviam compreendido da discussão e o que pensavam sobre o assunto, que resultou em algumas produções que dizem:

A TV mostra só as coisas ruins que os pobres fazem. Mais nunca se interessou em conhece-los.

Será que alguém se importa com a favela?

Tem um homem da favela e um da Zona-Sul. Pra quem eles vão dar emprego?

Diga não às drogas e diga não ao crime. Nós abrimos as portas da educação e da Saúde e fechamos a cadeia, por isso temos que dizer não às drogas e ao crime.

Pobre e negro podem ser felizes e devem ser reconhecidos pela sociedade.
Sociedade de desigualdade, menos cadeia e mais liberdade.³

Entre as produções escritas que analisam as fotografias produzidas por adolescentes do Complexo da Maré, destacamos aqui a que nos diz:

O menino tá se sentindo sozinho, pra mim ele tá pensando em alguma coisa, tipo, pensando em tristeza, pensando na mãe e no pai, pra mim ele tá sozinho sem ninguém pra conversar, nem pra desabafar, se eu tivesse lá eu ia ajudar ele, tem que ser humilde, porque se fosse eu, estaria pensando na minha mãe, mais eu não deixo abalar minha mente.

131

A partir deste ponto, foram apresentados aos meninos diversos poetas brasileiros, tomando o cuidado de, entre esses, apresentar poetas negros e negras, originários das periferias das cidades brasileiras. Ou seja, poetas com cujas histórias de vida os meninos pudessem se identificar. Dessa forma, selecionamos um material que envolvia poesias que retratam questões relacionadas ao racismo e à exclusão social; cantigas populares que remetem ao sofrimento vivenciado pela população africana durante a escravidão; uma entrevista com o cantor e compositor Emicida, que apresenta em seu conteúdo o atual cenário da desigualdade racial no país. Apresenta-se aqui uma das poesias elaboradas pelos adolescentes a partir deste trabalho.

Negro passa na televisão
Quando passa, branco fala que é ladrão
Eles falam que negro é escravo
Mas o racismo sempre tá do lado
O racismo é crime, Zé.
Não pode julgar as pessoas sem saber o que ela é.
Hoje em dia as pessoas têm muito preconceito
A maioria tem muito desrespeito
Mas também tem muitas tranquilas
Que sempre dá moral de vida.
Sempre tem que ter a humildade
Para não ter desigualdade
E para ter felicidade.

Outras manifestações recorrentes nos desenhos e demais produções dos adolescentes e que nos chamam atenção retratam brincadeiras de rua, como

³ Considerando as normas do Centro Socioeducativo de Divinópolis, não são mencionados, neste trabalho, os nomes dos adolescentes autores das frases e poemas citados.

“jogar bola “ou “soltar pipa”. Expressões de lembranças familiares também foram recorrentes. Acreditamos que a análise de tais produções pode ser muito significativa para os/as profissionais que atuam nos Centros Socioeducativos e querem contribuir com a formação e o processo de emancipação desses meninos. O conteúdo que remete à ostentação se apresentou como indicativo de uma temática que necessitava de um maior aprofundamento em um próximo encontro.

Os debates com os meninos indicaram a necessidade de discutir a questão do consumismo e da ostentação, o que foi feito a partir de três cartuns que trabalham tais temas. Ao realizar um encontro cujo tema central foi a reflexão sobre o conceito “ostentação”, tornou-se possível identificar, através da narrativa dos adolescentes, que o desejo de adquirir bens através do dinheiro e do consumo é, em sua grande maioria, ocasionado pela ausência de visibilidade. Vejamos o que diz um deles: “se você não tiver bem vestido, não tiver dentro da moda, ou não tiver dinheiro, você é um Zé ninguém, ninguém te respeita, todo mundo olha torto, ninguém te dá moral”.

A partir desse ponto, foi possível estudar com os adolescentes a desigualdade social como uma das marcas da sociedade brasileira, bem como outros temas, tais como políticas afirmativas e equidade. Uma outra questão que exerce grande influência refere-se à atuação da mídia e do marketing, ao incentivar em suas produções comunicativas cada vez mais o consumo e a exposição, ocasionando uma violentação daqueles que não têm renda, contribuindo para a manutenção da exclusão social. Após o debate, tratou-se brevemente sobre a história das manifestações artísticas negras, como a capoeira e o hip-hop, sugerindo, em seguida que os adolescentes expressassem o conteúdo apreendido, assim como suas reflexões, que resultaram em manifestações tais como as que aqui apresentamos.

- a) “A arte que fazemos é igual a nós, negros, é tudo a mesma coisa, se o branco faz arte, também fazemos” (frase escrita como complemento de um desenho que retrata uma roda de capoeira).
- b) “Enquanto o rico mora numa casa grande e bela o pobre é humilhado vivendo na favela.”
- c) “Educação é conhecimento, esse é o verdadeiro poder, minha classe vem sendo enganada há anos, temos que abrir os olhos.”
- d) “Negro bem vestido é visto, negro pobre ninguém olha.”

Outra temática abordada foi a desigualdade entre homens e mulheres e a problemática da violência doméstica, sendo apresentados a eles, inicialmente, dados e estatísticas sobre o número de casos de agressões a mulheres no Brasil. Foi questionado se eles já haviam presenciado alguma situação parecida, seja em suas famílias, no seu bairro ou no seu círculo de amigos. A discussão foi intensa e aguçada, sendo revelado por eles após certo tempo de debate que a maioria já havia presenciado situações de violência doméstica entre os pais, durante sua infância, situações essas ocasionadas pelo machismo, pela dominação ou pelo abuso de álcool. Ao final, foi exibido um documentário produzido a partir de relatos de mulheres que sofreram durante anos violência doméstica, possibilitando um maior aprofundamento da temática, assim como a compreensão da Lei Maria da Penha.

Além da Lei Maria da Penha, entre os trabalhos desenvolvidos nas oficinas, discutiu-se também o ECA, a partir da análise de alguns de seus artigos, selecionados considerando os desenhos, os poemas e outras produções dos encontros anteriores. Foi possível perceber certa dificuldade em absorver o conteúdo devido à linguagem utilizada na construção do texto legal, fazendo-se necessário um maior aprofundamento, ou exemplificação do que os artigos propunham. Os meninos manifestaram o desejo de ter acesso ao documento na sua integralidade para que pudessem fazer uma leitura do mesmo. O objetivo dessa oficina, para além de dialogar sobre os artigos selecionados do ECA, era também fazer uma avaliação dos encontros anteriores. E, ao final, foi solicitado

dos adolescentes que escrevessem – ou desenhassem, ou pintassem – uma proposta que contribuísse para a emancipação diante do cenário político e social de nosso país e um sonho que remetesse às suas perspectivas em relação à vida e ao futuro, após regressarem às suas casas. Diante essa produção, podemos perceber resultados subjetivos a partir do conteúdo trabalhado nos últimos encontros, sendo que a ostentação e o consumismo ainda se apresentavam como tema recorrente.

Posteriormente, foi realizada uma oficina de fotografia com os adolescentes. Inicialmente, eles aprenderam noções básicas de regulamento, ajuste, configuração e iluminação da câmera, experimentando em seguida a produção fotográfica através do desenvolvimento do olhar sensível, ao registrar detalhes que lhes chamavam atenção. As fotografias foram reveladas e, com elas, montou-se uma exposição no espaço do Centro Socioeducativo de Divinópolis. Realizou-se também uma oficina de afro colagem, com a contribuição de dois integrantes do Movimento Negro da Universidade do Estado de Minas Gerais (KIANGA), propondo inicialmente um debate sobre personalidades políticas e artísticas negras, dando seguimento a uma atividade de remontagem e criação a partir das imagens e das histórias apresentadas inicialmente. Para além, apresentaram questões acerca de pautas e desafios da negritude perante a desigualdade racial no Brasil.

Atendendo a uma reivindicação dos adolescentes, foi organizada também uma oficina musical, composta por instrumentos de percussão como: tambores, pandeiros, reco-reco, tamborim, com o acompanhamento de cantigas populares de roda. Dentre todas as oficinas essa foi a que mais integrou os meninos, assim como os agentes do Centro Socioeducativo que trabalham com os mesmos. Foi esse um momento de profunda participação e expressão coletiva através da arte musical.

Na última oficina, realizou-se a montagem colaborativa de uma exposição que reúne grande parcela das produções realizadas pelos adolescentes.

Considerações finais

Como afirmado inicialmente, o trabalho realizado apresenta-se em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Entendendo as limitações das instituições envolvidas no projeto (Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Socioeducativo de Divinópolis), sejam elas por precariedade de recursos ou estruturas, afirma-se que a emancipação a partir da educação, da arte e dos direitos humanos é possível, mas exige um compromisso diário por parte das pessoas que atuam como educadores e educadoras nesse processo. Um compromisso com a transformação das estruturas violentas, das estruturas que violentam os seres humanos e um compromisso metodológico que pressuponha o reconhecimento do outro como sujeito que possui saberes, anseios, expectativas e possibilidades de contribuir ao expressá-los.

Propor novos formatos metodológicos nem sempre é confortável e, por vezes, geram conflitos com as pessoas responsáveis pela manutenção das estruturas – como aconteceu durante a realização desse trabalho, embora a questão não seja explorada neste texto. Mas as metodologias colaborativas não extrativistas, ao serem assumidas em todo o percurso do trabalho, abrem brechas e caminhos para novas possibilidades de construção de um olhar prazeroso a respeito do sentido de aprender, de estar na escola, de estar vivo. Tal percurso metodológico, tendo como recurso as manifestações artísticas, se desdobrou em um processo de orientação em que a construção de conhecimento através de suas potencialidades, contribuiu diretamente para a emancipação de suas expectativas de vidas, muitas vezes fadadas ao ciclo da repetição.

Referências

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe anual 2016/2017: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/relatorio-anual-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20162017/>. Acesso em 17 de julho de 2017.

BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. *Textos Escolhidos*. Tradução de José Lins Grünnewald et al. São Paulo: abril cultural, 1980 (Ospensadores).

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA* (1990). Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2000.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012* - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

CAMPOLINA, Alda M. P.; ANDRADE, Mariza Guerra de; MELO, Cláudia A. *Cadernos do Arquivo I – Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro/COPASA, MG, 1988.

FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. *RECIIS – RevEletronComunInfInov Saúde*. 2018, p. 296-414, out-dez de 2012.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

137

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos no Brasil* 2007. Disponível em: <https://www.social.org.br/index.php/relatorios/relatorios-portugues/55-direitos-humanos-no-brasil-2007.html>. Acesso em 20 de julho de 2017.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba: Appris, 2016;

SANTOS, Boaventura

Sousa. *Para um novo senso comum: ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
v.1: *A crítica da Razão indolente: contra o desperdício da experiência*.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pelamãode Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHELER, Max. *El resentimiento en la moral*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, Argentina, 1944.